

A DEPENDÊNCIA DOS PACIENTES

RICARDO GOLDENBERG

Crianças, adolescentes e loucos sempre foram considerados pedras no caminho do psicanalista. O dispositivo analítico, inventado para adultos neuróticos da classe média, ou não se aplica ou não funciona com eles. Ora porque não falam, ora porque não pediram pelo tratamento ou não podem fazer-se responsáveis pelas suas condições. Alguém manda-os a nós, e deve ocupar-se de trazê-los; alguém paga por eles; alguém (as vezes) fala no seu lugar. Em suma, não são livres de escolher se vão ou ficam.

Supõe-se que os profissionais que deles cuidam estejam livres de tais coerções. Existirá, entretanto, quem nunca tenha escutado de um colega ou exprimido um voto como este: *quem dera ter outra fonte de renda, para poder analisar sem depender dos pacientes?* Tal desabafo, escutado há pouco tempo durante a sessão de uma analisante, que também pratica a psicanálise, evocou-me um comentário ouvido anos atrás, bem no início de minha prática: *Cara, se eu me mandar, sei que faço um belo rombo no teu orçamento.* O quê dizer ou calar frente a tamanha injunção, quando se tem, como eu, três pacientes? Não podia nem responder desde a preocupação pela permanência no meu apartamento (alugado) de Pueyrredón e Peña, nem tampouco fingir que sua percepção dos fatos de minha vida não era verdadeira. Como trabalhar com semelhante ruído? Deixemos de lado as respostas específicas que dei a estes analisantes, apenas salientando que o que pude dizer à mulher resultou do que tinha aprendido com o homem. Deixemos, então, a solução particular para centrar-nos no problema geral, qual seja, como sustentar o dispositivo psicanalítico *strictu sensu*, quando existe uma relação objetiva (deveria por aspas sobre o adjetivo?) de dependência que afeta a um, a outro ou a ambos participantes.

Nos anos anteriores à guerra, quando uma clientela vinda de muitos países estrangeiros tornou-me independente dos favores ou desfavores que me eram dispensados na minha cidade, impôs-me a regra de não tomar em tratamento doentes que não fossem sui juris, isto é, independentes de outros nos assuntos essenciais da vida.

Assim se exprime Freud, na 28 conferência, intitulada: "A terapia analítica". Como se vê, a necessidade de prover para si e para sua família, condenavam-no ao jugo vienense, do qual só veio a livrar-se quando lhe foi possível significar a todos e a cada um dos seus pacientes (e, por tabela, à comunidade vienense em geral) que não precisava deles. Obviamente, este: "eu não dependo de ti" não pode fingir-se, como me ensinou meu paciente de então (tanto como não pode fingir-se o desinteresse que não sentimos por uma mulher, a quem pretendemos, justamente, fisgar com tal fingido desprezo). Sabemos que Freud nunca abandonou Viena de livre e espontânea vontade, mas foi-lhe necessário dela separar-se, no sentido da demanda, para lá poder permanecer (como psicanalista, claro). Não deixa de ser curioso que ele passasse a

exigir dos candidatos a mesma posição desimpedida, por ele conquistada com tanto esforço, como pré-condição para aceitar trabalhar com eles.

Estou fazendo observar o ponto apenas porque não me parece tão evidente o que Freud entendia por *sui juris*, como condição prévia ao início de uma experiência psicanalítica, tanto para o analista como para o analisante. Entretanto, é inegável que a prática da psicanálise com crianças e adolescentes foi feita à medida para nos permitir avançar nesta interrogação. Sabemos que esta psicanálise (a de psicóticos é ainda mais marginal, não apenas clínica quanto teoricamente) não goza do mesmo prestígio que a aplicada aos adultos. Como uma prima pobre. Não é engraçado, contudo, que toda vez que se discute sua especificidade, quando não sua legitimidade, evoca-se o famigerado caso do "Pequeno Hans", esquecendo-se sistemática e sintomaticamente que tanto "Dora" quanto a "Jovem Homossexual" eram adolescentes?

O médico que devia tomar sobre si o tratamento analítico da moça (falamos da anônima "Jovem Homossexual") tinha várias razões para sentir-se desassossegado. Não estava frente à situação que a análise exige, e a única na qual pode demonstrar sua eficácia. Esta situação, sabe-se, idealmente, apresenta a seguinte forma: alguém, de resto dono de si, sofre de um conflito interior que não pode resolver por si mesmo; procura então o analista, formula sua queixa e solicita seu auxílio(...) As situações que se afastam destas são mais ou menos desfavoráveis para a análise e acrescentam novas dificuldades às inerentes ao caso.

Quem sonharia em impugnar o caráter paradigmático destas análises por causa da idade das pacientes? Lêem-se infinitudes de críticas à condução freudiana das curas, mas ninguém, ao que eu saiba, chegou a afirmar que não se tratava de psicanálises dignas do nome. Ora, basta folhar os relatórios publicados pelo próprio Freud, para se notar que a demanda parental (e a presença efetiva dos pais) teve um lugar de destaque no desenvolvimento e nos problemas mais ou menos insuperáveis, ou não superados, de ambos tratamentos.

*

Quem recebe crianças para análise, começa por discriminar, durante as sessões, os lugares em que elas comparecem como significantes ou objetos no discurso dos pais, dos outros em que elas articulam suas próprias fantasias - nas brincadeiras, desenhos ou falas. Esta diferença é capital quando se trata de saber como o sintoma organiza a relação com o analista (isso, se aceitarmos que não é igual ter um sintoma a sê-lo). Esta distinção não é acadêmica. Ela está presente em decisões tão simples como atender o filho sem aceitar que sua mãe esteja presente na sala de consultas.

1

É bem verdade que Lacan soltou há quarenta anos o *slogan*: "Não retroceder frente à psicose". Isso não impediu, contudo, que o louco fosse catalogado, pelos lacanianos, como estando "fora do discurso", como não sendo um sujeito, portanto.

Ninguém duvidaria que uma psicanalista de crianças, que vive sem dificuldades do que recebe em seu consultório, é *sui juris*, no sentido de Freud. Certo dia, no entanto, escutei tal profissional manifestar, durante uma das suas sessões de análise, o espanto que sentira quando uma menina de três anos - que supostamente não largava da saia materna por nada - aceitou, sem mais nem menos, seu convite de deixar a mãe na sala de espera e subir com ela ao consultório. Embora este espanto esteja referido à mãe imperdível da qual esta mulher é filha, e seja, em tese, analisável, convenhamos que a espera(nça) que está implícita nele (de a garotinha abrir o berreiro na hora de separar-se da mãe), pesará não pouco na organização do contexto transferencial desta e de outras curas. O episódio, que podemos considerar limítrofe entre análise e supervisão, serve para ilustrar até que ponto é problemática a exigência freudiana de que o sujeito da psicanálise seja *sui juris*. Porque, a pergunta se impõe: de quem é a dependência **dos** pacientes que devemos evitar? Dos pacientes? Dos analistas?

Escrevendo sobre a dependência real que os adolescentes padecem em relação aos outros significativos de suas vidas, Jorge Palant faz observar que não é igual desmontar uma certa complacência do paciente (cf. "Dora"), revelar a "participação do paciente na desordem que ele denuncia" e desarticular sua suposta inocência, que contestar determinados **fatos** da vida do paciente.

Uma coisa é trabalhar sobre o gozo, e outra sobre a suposta impossível veracidade de alguns acontecimentos. Estão as lembranças (encobridoras), as fantasias, e os fatos (o autor enfatiza). Numa análise o sujeito pode encontrar recursos como para enfrentá-los, dependendo-se da posição passiva de objeto(...) A infância, a adolescência e a psicose permitem certo acesso, digamos direto, ao poder do Outro sobre o sujeito, e suas consequências. Que uma análise enfrente o sujeito com o Che vuoi? do Outro, implica em certo grau de distância e de opacidade que favoreça seu desenvolvimento. Mas nem sempre acontece assim, e tomar em análise crianças e adolescentes acarreta o risco de privá-los dos sintomas com os quais conseguem incomodar àqueles que os gozam de diversas maneiras.

Além de lembrar-nos que a responsabilidade do psicanalista está implicada na sua decisão de interpretar a enunciação do analisante, esta muito pertinente observação coloca em pauta nossa concepção da "regra de abstinência", o famoso *desprezo pelo sofrimento do Outro* (sic) de que fala Serge André, que por sua vez não deixa de estar ancorada senão alicerçada numa determinada concepção de "fato", isto é, de realidade. Não duvido que Palant conhece o uso argumentativo que Lacan faz da

²

"Jóvenes en análisis" in *Conjetural* #29, Ed Sítio, Bs As., 1995

³

Serge ANDRÉ, "A impostura perversa", Zahar, Rio, 1995

análise dos "miolos frescos"⁴, para fundamentar sua tese sobre o *status* da realidade em psicanálise. Evoco esta questão (presente desde o seminário I, digamos, "desde o começo"), mesmo sabendo que se refere aos adultos, porque, como Palant, penso que o critério de analisabilidade - que não pode passar por lugar nenhum a não ser pela organização do campo transferencial - torna a vir à tona cada vez que crianças, adolescentes e loucos se endereçam a nós de alguma maneira.

Com efeito, é muito confortável sustentar que a psicanálise é uma só (argumento lacaniano) - porque o sujeito o é da palavra, no campo da linguagem -, e que, portanto, não haveria uma psicanálise de crianças. Mas na hora de atender efetivamente uma, continuaremos tendo o problema de que ela não fala, não deita no divã, usa objetos para estar conosco... e depende de pais que dificilmente poderemos excluir da cena transferencial, só pena de vermos tal exclusão retornar sobre nós até levar-nos, muitas vezes, ao impasse absoluto da cura.

Certa vez Arminda Aberastury se recusou a me ouvir em supervisão, depois de saber que a caixa de ludo que eu tinha oferecido a meu pequeno paciente não tinha todos os elementos que ela determinara que nela deveria haver. Esta rigidez era sustentada em nome da "cientificidade" da psicanálise, garantida pelas regras do *setting*. Certo, um analista influenciado por Winnicott ou Dolto, não se deixaria intimidar pelos regulamentos em detrimento do discurso, e não se recusaria a escutar o intercâmbio acontecido entre o analisante mirim e seu analista. Mas também deve-se reconhecer, que isso não é garantia de termos resolvido os problemas que o *setting* foi chamado a resolver mas terminou ocultando.

Voltando a Palant, ele situa três tempos nos encontros entre um analista e seu paciente jovem e dependente. O primeiro, no qual o analista tentaria colocar entre parênteses a demanda dos pais. Caso isso se torne possível, o analisante poderá enfrentar-se com o que ele quer para si, em termos de Ideal-do-eu. Momento de alívio, que costuma interromper a análise, após uma recuperação do narcisismo a partir da recolocação em operação deste traço ideal. No caso de não se interromper o tratamento, passamos ao segundo momento, em que a cena transferencial se organiza em torno de uma fantasia, mais ou menos ligada à fantasia fundamental do jovem analisante. Mais uma confissão de adolescente, nota Palant, que se esgota na intimidade amistosa ou maternal (ou paternal) que cria, sem verdadeiramente produzir qualquer engajamento que permita ao **ICS** ser posto a trabalhar para a transferência. Um terceiro tempo (se houver) implicará em certo paradoxo: a neurotização do sujeito na transferência. Grau zero da constituição de uma psicanálise *strictu sensu*, no qual a demanda dos pais terá abandonado o centro do palco, sem, contudo, e por óbvias razões (como, por exemplo, o valor dos honorários pagos pelo pai, ou a condução

4

Cf. "A direção do tratamento..." in "Écrits"; também o seminário I e o seminário X. Lacan faz a crítica de um relatório de caso apresentado por Chris, contestando uma intervenção do analista baseada na "realidade dos fatos". No caso, um plágio do qual o paciente se crimina: o analista, depois de ler o texto de seu paciente e o supostamente "plagiado", conclui que não houve tal. Absolve, por dizer assim, seu analisando. Esta intervenção forçara o paciente a um *acting out* (no caso, entrar num restaurante ao sair da sessão, para comer "miolos frescos") destinado a mostrar ao analista o desejo que tentava exprimir ao acusar-se de plagiário, e cuja articulação o analista obstaculizara ao lhe afirmar, baseado na objetividade dos fatos, que ele não era nenhum plagiário.

para e da sessão feita pela mãe, etc), desaparecer do contexto. Este terceiro momento, a bem da verdade, é raríssimo nas crianças e quase inexistente nos adolescentes, o que de per si deveria bastar para tirarmos o chapéu, antes de continuar malhando Freud pelo trabalho que fez com Dora, a jovem homossexual e alguns outros.

Em todo caso, voltando à questão dos fatos, e para concluir, digamos que a alternativa não é excluí-los, em nome da realidade psíquica, ou incluí-los, em nome da objetividade. Toda a realidade, incluindo-se a do analista, está mediatizada pela janela da fantasia fundamental. De seguirmos Freud, quando afirma que tudo que obstaculize o desenvolvimento da análise é uma resistência, não existe realidade fora da transferência. Não equivale isso a dizer que tratamos a realidade mediante um discurso, e que a realidade não é a mesma no discurso da histérica, do mestre, do universitário ou do psicanalista?

Ao cuidarmos de adolescentes ou crianças devemos ter sempre presente que a cena transferencial extrapola as quatro paredes do consultório, e uma intervenção sobre os fatos pode revelar-se, muitas vezes, imprescindível e inadiável. Esta intervenção, contudo, estará acontecendo, não no céu de não sei qual objetividade, mas dentro de um cálculo transferencial que não podemos desprezar. Ora, malgrado o *setting*, a mesma consideração vale também para as análises dos adultos, por mais *sui juris* que os imaginemos. Créio que a crítica de Lacan a Chris (ainda os "miolos frescos") não visa tanto a apelação deste último à realidade dos fatos, como sua cegueira para perceber que a intervenção tinha errado o alvo, qual seja, o desejo inconsciente do sujeito.

São Paulo, Julho de 1995

TEXTO PUBLICADO EM *Amarelinhas # 2*, Setembro de 1995, Publicação da Biblioteca Freudiana de Curitiba

5

Cf. cap. 7 de *A Interpretação dos Sonhos*

6

No fundo, também Lacan estabeleceu um certo critério de independência **para o analista**, como condição da experiência analítica, quando traduziu a regra de abstinência como "não responder à demanda". Independência da sua necessidade, que é outro nome da demanda que ele pode endereçar ao Outro, e da qual deve estar minimamente descolado, como para evitar tomar seu paciente como objeto desta demanda.